

Bancada do DF já acha biônico "irreversível"

Arquivo16.06.88



Maurício Corrêa não vê saída governador "desgastado" igual a José Aparecido. O deputado Augusto Carvalho também considera a inclusão do DF na emenda Marluce Pinto como única alternativa para resolver o impasse do "buraco negro".

Contra

Até ontem, o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB) era o único convicto em não apoiar a emenda da deputada de Roraima. "Não vou endossar essa iniciativa. O que eu quero é eleição direta", disse Sigmaringa, apesar de não ter apresentado outra proposta mais viável. O senador Pompeu de Souza, afastado do PMDB, disse que vai insistir numa maneira de incluir as diretas para governador do DF antes de 1990 na Constituição, mas também não tem a fórmula. "A idéia é estabelecer um mandato tampão, com o prazo das eleições estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral", disse Pompeu, sem apresentar uma maneira de driblar o regimento interno. A emenda da deputada, na opinião dele, "é uma alternativa".

A emenda da deputada Marluce Pinto (PTB-RR) diz o seguinte:

"O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação desta Constituição, encaminhará à aprovação do Senado Federal os nomes dos governadores "pro tempore" dos Estados do Amapá e Roraima, que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados, com a posse dos governadores eleitos".

A proposta de se incluir o DF nesta emenda foi feita pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Assembléia Nacional Constituinte.

Os constituintes da bancada do Distrito Federal na Assembléia Nacional Constituinte já estão considerando a posse de um novo governador biônico para Brasília como um fato irreversível. Até ontem, o senador Maurício Corrêa (PDT) e os deputados Geraldo Campos (PMDB), Augusto Carvalho (PCB), Maria de Lourdes Abadia e Valmir Campelo Bezerra (PFL) já tinham apoiado a emenda da deputada Marluce Pinto (PTB-RR), que prevê a nomeação de governadores, pelo Presidente da República, para Roraima e Amapá, com a inclusão do DF, 45 dias após a promulgação da Carta.

Nestes três estados, haverá eleições diretas em novembro de 1990, mas os novos governadores seriam eleitos pelo sistema "pro tempore" (temporários), devendo o Presidente da República encaminhar os nomes ao Senado Federal, para aprovação. A emenda visa tapar o "buraco negro" criado pela Assembléia, que rejeitou um mandato tampão de dois anos para o DF e criou os dois novos estados. "Meditei e reexaminei as emendas das disposições transitórias, mas não há solução, o DF vai ter que pegar carona", disse o senador Maurício Corrêa.

Sem opção

"Não existe outra alternativa", conclui a deputada Maria de Lourdes Abadia, lembrando que não há a possibilidade do cargo de Governador do DF ser assumido pelo presidente do Tribunal de Justiça, devido à falta de constituição Federal, ou de se acrescentar uma emenda prevendo eleições antes de 1990 nas disposições transitórias, onde só são votadas emendas supressivas ou aditivas.

O deputado Geraldo Campos acentua até os "aspectos positivos" de se incluir o DF na emenda da deputada Marluce Pinto, proposta do relator Bernardo Cabral. "Primeiro que teremos um governador sem o perigo de vacância no cargo, e neste prazo de 45 dias para a nomeação o Presidente da República vai ter que ouvir a bancada do DF, já que a aprovação vai ter que passar pelo Senado". Na avaliação do deputado Valmir Campelo Bezerra, o novo governador do DF "poderá sair até da bancada de Brasília", o que, para ele, facilitaria a aprovação no Senado e a própria administração, já que teria respaldo popular.

Valmir Campelo disse que examinou todas as emendas que restam nas disposições transitórias sobre eleições diretas para o DF "mas não encontramos saída". Ele disse que o Presidente José Sarney não "arriscaria" nomear outro